Bibliografia

para o Exame da Certificação **CFP**® no Brasil





Associação Brasileira de Planejamento Financeiro



As marcas CFP®, CERTIFIED FINANCIAL PLANNER e pertencem ao Financial Planning Standards Board Ltd. para uso fora do território norte-americano.

A Planejar é a entidade autorizada pelo FPSB, mediante acordo firmado entre ambas, para a concessão e administração destas marcas no território brasileiro.

Bibliografia - 2024

Módulo I - Planejamento Financeiro

ANBIMA. **Planeje seu orçamento**. Disponível em: https://comoinvestir.anbima.com. br/planeje/orcamento/planeje-seu-orcamento/. Acesso em: dezembro de 2023.

ROWLAND, Mary. In Search of the Perfect Model: The Distinctive Business Strategies of Leading Financial Planners. Ed. Bloomberg Press. 1 edição. 2003

PLANEJAR. **Perfil de Competências do Planejador Financeiro**. Disponível em: https://planejar.org.br/wp-content/uploads/2021/06/perfil-de-competencias-1.pdf. Acesso em: dezembro de 2023

Melhores Práticas de Planejamento Financeiro. Disponível em: https://planejar.org. br/wp-content/uploads/2021/03/Melhores-Praticas.pdf. Acesso em: dezembro de 2023.

IPS. **Exemplo**. Disponível em: http://www.bogleheads.org/wiki/Investment_policy_statement. Acesso em: dezembro de 2023.

FPSB. **Aprender sobre planejamento financeiro**. Disponível em: https://www.fpsb.org/learnaboutfinancialplanning/financialplanningprocess.html. Acesso em: Setembro de 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **COPOM**. Disponível em: www.bcb.gov.br. Acesso em: setembro de 2019.

Descrição da Taxa Selic. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/ htms/novapaginaspb/selic.asp. Acesso em: setembro de 2019.

B3. **Cartilha e orientações**. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/regulacao/regulacao-de-emissores/atuacao-orientadora/cartilhas-e-orientacoes.htm. Acesso em: dezembro de 2023.

BRASIL. **Lei n.º 12.683/2012**, de 9 de julho de 2012. Altera a Lei n º 9.613, de 3 de março de 1998, para tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12683.htm . Acesso em: dezembro de 2023.

Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm . Acesso em: setembro de 2019.

TEIXEIRA, James. Matemática financeira. São Paulo. Ed. Makron Books, 1998.

ROSS, Stephen; JAFFE, Jeffrey F. **Administração Financeira. Corporate finance**. São Paulo. Ed. Atlas. 2002.

ASSAF-NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano Guasti. **Curso de Administração Financeira**. São Paulo. Ed. Atlas.2010.

IBGE. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: setembro de 2019.

CEPIP. **Taxa DI. Depósito Interfinanceiro**. Disponível em: http://www.cetip.com.br/comunicados/CCETIP/2016/CCETIP2016-062.PDF. Acesso em: dezembro de 2023.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Business Cycles. Definição das quatro fases para um ciclo econômico**. Martino Fine Books. 2017.

BRASIL. **Lei n. 12.683/2012**, de 9 de julho de 2012. Altera a Lei n ° 9.613, de 3 de março de 1998, para tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12683.htm. Acesso em: dezembro de 2023.

BNDES. Disponível em: www.bndes.gov.br . Acesso em: setembro de 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Comparativo de FIES e P-FIES**. Disponível em: www. fies.mec.gov.br. Acesso em: setembro de 2019.

PROUNI. Disponível em: http://siteprouni.mec.gov.br. Acesso em: setembro de 2019.

HALFELD, Mauro. **Investimentos: como administrar melhor seu dinheiro**. Ed. Fundamento. 2007.

Módulo II - Gestão de Ativos e Investimentos

KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. Choices: values and frames. Cambridge University Press. New York. 2000.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. Resolução n.º 3454 , de 30 de maio de 2017. Dispõe sobre as condições para captação de depósitos a prazo. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/48102/Res_3454_v2_P.pdf. Acesso em: set. 2019.
. Resolução n.º 3.339 , de 26 de janeiro de 2006. Altera e consolida as normas que disciplinam as operações compromissadas envolvendo títulos de renda fixa. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/ListNormativos/Attachments/48307/Res_3339_v1_O.pdf. Acesso em: set. 2019.
BACEN; COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. Decisao-conjunta 13/2003 . Disponível em: http://wwww.cvm.gov.br/legislacao/decisoesconjuntas/dcbccvm13.html. Acesso em: set. 2019.
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. Disponível em: www.portaldoinvestidor gov.br. Acesso em: set. 2019.
Ofertas Públicas . Disponível em: www.portaldoinvestidor.gov.br/menu/Menu_ Investidor/ofertas/ofertas_publicas.html. Acesso em: set. 2019 .
BRASIL. Ministério da Economia. NTNB-Principal . Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/258262/NTNB_Principal/57d-65250-27d5-4251-83da-58328142f583. Acesso em: jul. 2019.
Tesouro Nacional. Horários . Disponível em: www.tesouro.fazenda.gov.br. Acesso em: set. 2019.
Lei n.º 6.404 , DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm. Acesso em: set. 2019.
Instrução normativa RFB n.º 1585, de 31 de agosto de 2015. Dispõe sobre obre o imposto sobre a renda incidente sobre os rendimentos e ganhos líquidos auferidos nos mercados financeiro e de capitais. Art.18. Disponível em: http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=67494&visao=anotado. Acesso em set 2023



Módulo III - Planejamento da Aposentadoria

AEGON. **O Novo Pacto Social: um modelo de aposentadoria no século 21.** Pesquisa Aegon de Preparo para a Aposentadoria 2018. Disponível em: https://admin-digital. mongeralaegon.com.br/storage/app/uploads/public/628/55f/88b/62855f88bfa20103387933. pdf. Acesso em: set. 2023.

LUSARDI, Annamari; MITCHELL, Olivia S. **The Economic Importance of Financial Literacy:** Theory and Evidence'. Journal of Economic Literature. 52(1): 5-44. 2014.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Expectativa de vida ao nascer no Brasil**. Diretoria de pesquisa DPE. 2018.

KIYOSAKI, Robert; LECHTER, Sharon L. Pai Rico, Pai Pobre: o que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro. São Paulo: Campus, 2000.

MASLOW, Abraham H. A Hierarquia de Necessidades. Pirâmide de Maslow. 1950.

PRATA, Mario Alberto C.M. **Crônica. Esqueceram de que existe envelhescência**. Estado de S.Paulo, São Paulo, 18 ago. 1993. Caderno 2, p.45.

_. **Salário família**. Disponível em: https://www.gov.br/inss/pt-br/saiba-mais/salario-

familia. Acesso em: dez. 2023.

Salário maternidade . Disponível em: https://www.gov.br/inss/pt-br/saiba-mais/.
Acesso em: set. 2023.
Benefício Assistencial ao Idoso e a pessoa com deficiência. Disponível em:
nttps://www.inss.gov.br/beneficios/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-
deficiencia-bpc/. Acesso em: set. 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução n.º 4.444**, de 13 de novembro de 2015. Dispõe sobre as normas que disciplinam a aplicação dos recursos das reservas técnicas, das provisões e dos fundos das sociedades seguradoras, das sociedades de capitalização, das entidades abertas de previdência complementar e dos resseguradores locais, sobre as aplicações dos recursos exigidos no País para a garantia das obrigações de ressegurador admitido e sobre a carteira dos Fundos de Aposentadoria Programada Individual (Fapi). Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo. asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/50102/Res_4444_v1_O.pdf. Acesso em: set. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. Cartilha do participante. Secretaria de Previdência Complementar. Brasília. 2008. Disponível em: https://www.abrapp.org. br/produto/manual-de-boas-praticas-na-gestao-de-emprestimos-a-participantes-e-assistidos-das-entidades-fechadas-de-previdencia-complementar/. Acesso em: set. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 01 jan 2023.

BRASIL. **Decreto 3.048**, de 06 de maio de 1999. Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3048.htm. Acesso em: 01 jan 2023.

BRASIL. **Lei 11.053**, de 29 de dezembro de 2004. Dispõe sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L11053.htm. Acesso em: 01 jan 2023.

BRASIL. **Lei Complementar 109**, de 29 de maio de 2001. Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp109.htm. Acesso em: 01 jan 2023.

BRASIL. **Ministério da Economia. Tabela mensal progressiva**. Disponível em http://receita.economia.gov.br/acesso-rapido/tributos/irpf-imposto-de-renda-pessoa-fisica. Acesso em: set. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA. **RGPS e RPPS: O que é a Previdência Pública?** Brasília. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-complementar/mais-informacoes/arquivos/pbefrgps.pdf. Acesso em: 01 jan 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA. **RPC: O que é a Previdência Complementar?** Brasília. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-complementar/mais-informacoes/arquivos/pbefrpc.pdf. Acesso em: 01 jan 2023.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Instrução Normativa SRF/SPCO/SUSEP 524**, de 11 de março de 2005. Regulamenta o prazo de acumulação de que trata o § 3° do art. 1° da Lei n° 11.053, de 29 de dezembro de 2004. Disponível em: http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=38057#:~:text=Portabilidade%20entre%20 Fapi%20e%20Utiliza%C3%A7%C3%A3o,Previd%C3%AAncia%20Complementar%20e%20 Sociedade%20Seguradora. Acesso em: 01 jan 2023.

92 PLANEJAMENTO DA APOSENTADORIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Instrução Normativa SRF/SPCO/SUSEP 588**, de 21 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a tributação dos planos de benefício de caráter previdenciário, Fapi e seguros de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência e dá outras providências. Disponível em: http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=15513#:~:text=IN%20SRF%20n%C2%BA%20588%2F2005&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20tributa%C3%A7%C3%A3o%20dos,sobreviv%C3%AAncia%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias. Acesso em: 01 jan 2023.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (SUSEP). **Circular n.º 563**, de 24 dezembro de 2017. Altera e consolida regras e critérios complementares de funcionamento e de operação da cobertura por sobrevivência oferecida em planos de previdência complementar aberta e dá outras providências. Disponível em: http://www2.susep.gov.br/bibliotecaweb/docOriginal.aspx?tipo=1&codigo=41832. Acesso em: set. 2019.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (SUSEP). **Circular n.º 564**, de 24 dezembro de 2017. Altera e consolida regras e critérios complementares de funcionamento e de operação da cobertura por sobrevivência oferecida em planos de seguro de pessoas e dá outras providências. < http://www2.susep.gov.br/bibliotecaweb/docOriginal. aspx?tipo=1&codigo=41833. Acesso em set. 2019.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (SUSEP). **Guia de orientação e defesa do segurado**. Disponível em: https://www2.susep.gov.br/download/cartilha/cartilha_susep2e. pdf. Acesso em: 01 jan 2023.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (SUSEP). **Resolução n.º 348**, de 25 de setembro de 2017. Altera e consolida as regras de funcionamento e os critérios para operação da cobertura por sobrevivência oferecida em plano de seguro de pessoas e dá outras providências. Disponível em: https://www2.susep.gov.br/safe/scripts/bnweb/bnmapi. exe?router=upload/18574. Acesso em: 01 jan 2023.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (SUSEP). **Resolução n.º 349**, de 25 de setembro de 2017. Altera e consolida as regras de funcionamento e os critérios para operação da cobertura por sobrevivência oferecida em plano de previdência complementar aberta e dá outras providências. Disponível em: https://www2.susep.gov.br/safe/scripts/bnweb/bnmapi.exe?router=upload/18577 . Acesso em: 01 jan 2023.

Módulo IV - Gestão de Riscos e Seguros

MASLOW, Abraham H. A Theory of Human Motivation. Ed. bnpublishing. 2017.

ROCHA, H; DE SOUSA, AF; TORRALVO, CF. **Planejamento Financeiro Pessoal e Gestão do Patrimônio - Fundamentos e Prática. Norma ISO 31.000**. Ed. Atlas. 2012.

BLAYNEY CFP®, Eleanor. **Balancing Personal Financial Risks And Rewards. News provided**. 2012.

KNIGHT, Frank. Risk, Uncertainty And Profit. Ed. forgotten-books. 2006.

LUCCAS FILHO, Olívio. **Seguros: fundamentos, formação de preços, provisões e funções biométricas**. São Paulo: Atlas, 2011.

VILANOVA, Wilson. Matemática Atuarial. Ed. Pioneira. 1969.

TSS. **TUDO SOBRE SEGUROS**. Disponível em: https://ens.edu.br/pt/cursos/tudo-sobre-seguros . Acesso em: dez. 2023.

PRACTA. Ciclo de vida. Apostila CEA. 2017.

exterior.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SEGUROS GERAIS, PREVIDÊNCIA PRIVADA E VIDA, SAÚDE SUPLEMENTAR E CAPITALIZAÇÃO (CNSEG). **Glossário do Seguro**. Disponível em: https://cnseg.org.br/publicacoes/glossario-do-seguro . Acesso em: agosto, 2023.

CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (CNPS). **Atribuições**. Disponível em: www.bcb.gov.br . Acesso em: julho. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS. Resolução CNSP nº 249/2012 .
Dispõe sobre a atividade dos corretores de seguros de ramos elementares e dos
corretores de seguros de vida, capitalização e previdência, bem como seus prepostos.
Resolução CNSP nº 348/2017 . Altera e consolida as regras de
funcionamento e os critérios para operação da cobertura por sobrevivência oferecida
em plano de seguro de pessoas e dá outras providências.
Resolução CNSP nº 439/2022 . Dispõe sobre as características gerais para
operação das coberturas de risco de seguros de pessoas.
Resolução CNSP nº 451/2022 . Dispõe sobre as operações de cessão
e aceitação de resseguro e retrocessão e sua intermediação, as operações de
cosseguro, as operações em moeda estrangeira e as contratações de seguro no

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (SUSEP). Atribuições . Disponível em https://www.gov.br/susep/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/sobre-a-susep . Acesso em: Janeiro de 2023.
Accesso citi. Satieno de 2025.
VGBL e PGBL . Disponível em: https://www.gov.br/susep/pt-br/assuntos/meu-futuro-seguro/seguros-previdencia-e-capitalizacao/providencia-complementar-aberta/pgbl-vgbl . Acesso em: dez. 2023.
VAUGHAN, Emmett J. Fundamentals of risk and insurance. Eleventh edition.
Guia de Orientação e Defesa do Consumidor. Disponível em https://
www.gov.br/susep/pt-br/arquivos/arquivos-meu-futuro-seguro/acoes-educacionais/
programa-educacao-em-seguros/arquivos-pdf/guia-de-orientacao.pdf/view : Acesso
em: janeiro de 2023.
Guia de Orientação ao consumidor . Disponível em: www.susep.gov.br.
Acesso em: dez. 2023.
Glossário. Disponível em https://www.gov.br/susep/pt-br/central-de-
conteudos/glossario . Acesso em janeiro 2023.
Circular Susep n° 535/2016. Estabelece a codificação dos ramos de seguro
e dispõe sobre a classificação das coberturas contidas em planos de seguro, para fins
de contabilização.
Circular Susep n° 564/2017. Altera e consolida regras e critérios
complementares de funcionamento e de operação da cobertura por sobrevivência
oferecida em planos de seguro de pessoas e dá outras providências.
Circular Susep nº 621/2021. Dispõe sobre as regras de funcionamento e os
critérios para operação das coberturas dos seguros de danos.
Circular Susep n° 637/2021. Dispõe sobre os seguros do grupo
responsabilidades.
Circular Susep nº 639/2021. Dispõe sobre as regras e os critérios para
operação de seguros do grupo automóvel.
Circular Susep nº 640/2021. Dispõe sobre o Seguro Pecuário, o Seguro
de Animais, o Seguro de Penhor Rural, o Seguro de Benfeitorias e Produtos
Agropecuários e os seguros rurais subvencionáveis.
Circular Susep nº 642/2021. Dispõe sobre a aceitação e a vigência do
seguro e sobre a emissão e os elementos mínimos dos documentos contratuais.

Circular Susep nº 662/2022 . Dispõe sobre o Seguro Garantia.
Circular Susep nº 667/2022 . Dispõe sobre as regras complementares de funcionamento e os critérios para operação das coberturas de risco de seguros de pessoas.
Circular Susep nº 671/2022 . Dispõe sobre regras e critérios para a elaboração e a comercialização de planos de seguro do ramo Fiança Locatícia.
Circular Susep nº 682/2022 . Estabelece a codificação dos ramos de segure e dispõe sobre a classificação das coberturas contidas em planos de seguro, para fin de contabilização.
INSURANCE EUROPE - Federação Europeia de Seguros e Resseguros. O impacto da fraude em seguros . 2019.
BRASIL. Lei nº 10.406 , de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: Janeiro de 2023.
Decreto 6306 , de 14 de dezembro de 2007. Regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários IOF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto D6306.htm Acesso em: Janeiro de 2023.
AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE. (ANS). Lei n.º10.185/2001 . Sobre seguro saúde. Disponível em: http://www.ans.gov.br. Acesso em: outubro. 2023.

RECEITA FEDERAL. **IRPF**. Disponível em: http://idg.receita.fazenda.gov.br/interface/cidadao/irpf/2017/perguntao . Acesso em: julho, 2018.

MACHADO, et al. **Seguros de responsabilidade civil de diretores e administradores de pessoas jurídicas**. Disponível em: www.machadomeyer.com.br/pt/imprensa-ij/as-novas-regras-do-seguro-d-o-no-brasil . Acesso em: dez, 2023.

Módulo V - Planejamento Fiscal

ANBIMA. **Instrução Normativa nº 1.585/2015**. Tributação de Ativos e Operações Financeiras – IR e IOF. Disponível em: http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?-visao=anotado&idAto=105634 Acesso em: jan.2023.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Manual do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte – Mafon**. Disponível em: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/manuais/irrf/mafon-2023.pdf/view Acesso em set 2023.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Tabelas de incidência e deduções para cálculo do imposto sobre a renda das pessoas físicas (IRPF) em 2023**. Disponível em: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-derenda/tabelas/2023 . Acesso em set.2023.

SHINGAKI, Mario. **Gestão de Impostos: para pessoa física e jurídica**. Saint Paul, São Paulo. 2002.

Módulo VI - Planejamento Sucessório

BRASIL. Lei nº 10.406 , de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 24 novembro 2023.
Lei n° 5.172 , de 25 de outubro de 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5172.htm. Acesso em: 24 novembro 2023.
Ministério da Economia . Imposto sobre a renda – pessoa física: perguntas e respostas.(Exercício 2019/Ano-calendário 2018). Disponível em: http://receita. economia.gov.br/interface/cidadao/irpf/2019/perguntao. Acesso em: 24 março 2019.
SILVA, Fabio Pereira da; MELO, Caio; ROSSI, Alexandre Alves. Holding Familiar: aspectos jurídicos e contábeis do planejamento patrimonial - 3ª ed. – Barueri (SP): Atlas, 2023.
SILVA, Fabio Pereira da; PINTO, Alexandre Evaristo; PITMAN, Arthur (organizadores). Manual de Gestão Tributária: teoria e prática – 1ª ed. – Barueri (SP): Atlas, 2023 (capítulos 13, 16 e 24).

Planejar

Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Rua Joaquim Floriano, 1120 - 7° andar CEP 04534-004 - Itaim Bibi - São Paulo SP



55 11 4280-8520



planejar@planejar.org.br



www.planejar.org.br

